

RESENHA

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 370 p.

Maria Stela Lemos Borges*

O trabalho de Maria Aparecida Moraes Silva parte de uma investigação rigorosa, assentada tanto em dados documentais, como numa observação cuidadosa da realidade, a partir da qual faz do objeto sujeito que, através da fala, não só se revela e revela a sua história de expropriação/exploração-dominação/exclusão, mas, acima de tudo, se põe como capaz de resistir e sonhar, de lutar para não sucumbir à tragédia da modernização que se lança sobre ele.

Essa é uma história contada a partir de uma visão de ciência que não se permite contemplar o objeto como coisa, mas, à medida que vai adentrando o conhecimento da sua realidade, exige de seus artífices um comprometimento com a verdade que descobre o invisível e traduz o indizível, através do diálogo e da busca de sentido das falas e dos silêncios, muitas vezes, mais eloqüentes que a própria fala.

Como no poema homérico, a autora vai contando a saga dos camponeses do Vale do Jequitinhonha e dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto. Os primeiros, na sua luta pela conservação de suas terras e da sua própria condição de camponeses, atropelados, de repente, pela chegada do “estranho” trazendo a modernização para o Vale. “Modernização trágica”, “fáustica”, traz consigo a negação manifesta na expropriação gradativa marcada pelo desenraizamento, mas, sobretudo, pela resistência que encontra na migração a solução para o re-enraizamento.

Os segundos, já expropriados, vivendo nas cidades-dormitório, próximas aos locais de trabalho, vivem a ilusão do pertencer ao “lugar”, o que os diferencia e torna superiores aos primeiros, obrigados a ir e voltar sempre, nove meses aqui, três meses lá, quase se perdendo em relação ao que é o “seu lugar”. Ambos, porém, iguados na mesma condição de explorados-dominados, *sob as mais duras condições de trabalho, negados e discriminados* enquanto cidadãos a caminho da exclusão, embora garantindo com o seu trabalho *as bases materiais da enorme riqueza* da região.

Assentado em cinco momentos, um prelúdio e quatro episódios, o trabalho revela o seu vigor ao propor, e fazer realmente, a análise da história concreta no seu

* Professora de Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas, doutoranda do IFCH/Unicamp.

fazer-se e desfazer-se, acompanhando e apontando as transformações tanto da estrutura quanto dos sujeitos, enquanto destrinça, até às suas entranhas, o processo de exploração-dominação revelado não só como econômico, mas também social, cultural e político.

O prelúdio contempla a expropriação dos camponeses do Vale e a expulsão dos colonos, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários de terra no Estado de São Paulo a partir da década de 60. *A chegada do estranho nos grandes sertões e veredas*, faz uma incursão pelas grotas e pela chapada, mas também pelos cartórios e pelas leis que, no Brasil, regulamentaram o acesso à terra, sob a forma capitalista, a partir da *Lei das Terras*, em 1850. Revela, então, como o processo de expropriação dos camponeses do Vale acha-se, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra a partir do século XIV, amparado de forma clara pela mediação do Estado através da criação de leis que, ao longo do processo, permitiram não só a expropriação dos camponeses, mas, ao mesmo tempo o seu desenraizamento, a destruição do seu modo de vida e, sobretudo, estabelecer o controle da força de trabalho, prepará-la para a disciplina rígida que lhe impõe o novo modo de produção.

Ao contrário do processo inglês – analisado por Marx, no capítulo d' *O Capital* denominado *A assim chamada Acumulação Primitiva* – que desenrolou-se ao longo de vários séculos, assiste-se no Vale a uma expropriação extremamente rápida, *num período inferior a duas décadas*. Os condimentos, porém, são os mesmos: a violência nas suas várias manifestações, quer na sua forma velada, resguardada pelas leis de desenvolvimento e modernização, quer na sua forma explícita, quando, através das máquinas as grandes empresas arrasavam as chapadas, aqui, como lá, terras comunais das quais os camponeses se beneficiavam, num acordo tácito que servia a todos, a terra como bem da natureza, incorporada por eles como “terra da gente”, complementando o que as grotas, espaço da propriedade individual, lhes podiam dar para a sua reprodução e sobrevivência.

Vale registrar que a contemplação do Direito perpassa os vários episódios, a iluminar a compreensão do processo como um todo e a mostrar que as leis têm uma dinâmica, não são neutras, nem pairam acima da ordem vigente. Ao contrário, estão presentes, mesmo que muitas vezes invisíveis, imbricadas nos fenômenos culturais, políticos e econômicos; exercem um papel determinante como legitimadoras da dominação de uma classe, sempre a mesma, sobre a outra, como nos revela *A lei dos pobres expulsa os pobres do campo*, ainda no *Prelúdio*, ou *A formatação do bóia-fria*, já no *Primeiro episódio*.

Num relato marcado e perpassado pela questão do gênero, sua análise funda-se na idéia de nó – desenvolvida por Heleith Saffioti – que resulta da articulação/simbiose de três faces da organização social: a classe, o gênero e a étnico/racial. Ponto relevante na sua orientação metodológica, o conceito de nó permite à autora contemplar o movimento dialético da exploração-dominação, ora se fazendo pelo predomínio da classe, ora do gênero, ora da sua face étnico/racial, ou mesmo através das três, sempre entrelaçadas, ao mesmo tempo – essa é a sua força

explicativa. Mais do que simples faces da organização social, a autora as considera, cada uma, formas distintas de organização social, das quais, em determinados momentos uma sobrepõe-se às outras que, combinadas entre si, possibilitam a diferenciação dentro da igualdade.

O que ressalta, à primeira vista, é a preponderância da organização de classe como elemento igualizador e, portanto, aglutinador, e as organizações de gênero e étnico/raciais como categorias diferenciadoras, todas elas envolvendo os migrantes e os do lugar num mesmo processo de dominação-exploração, atualizado pelo processo de exclusão que vai fazendo a sua seleção através das diferenciações impostas pelo gênero e pela raça/etnia.

À medida que a análise avança, o fechamento do nó se concretiza, principalmente, através da contemplação do segundo episódio, *O estranho na cidade*. Aí ficam claramente evidentes as marcas dos preconceitos étnico/raciais, quer fora, quer dentro da mesma classe, quando os “de fora”, os mineiros, os baianos, os peões – itinerantes/trabalhadores precários que são contratados apenas nos períodos de safra – passam a ser discriminados, quer dentro do grupo de trabalhadores, quer fora dele, como revela a fala de uma autoridade constituída que os chama a “gente dos países do Norte”. Por outro lado, num outro enfoque dentro do mesmo episódio, surpreendem-se as classes, dentro de uma perspectiva hierárquica, como elementos diferenciadores dentro do gênero, antes compondo de forma diferenciada uma mesma classe, como na análise das *meninas do descarte*. A síntese dessas oposições/imbricações se apresenta, de forma magistral, na história de vida de três trabalhadoras – mulheres, negras e bóias-frias. Com a acuidade de quem vê com olhos que tudo vêem, a autora se detém e revela, no interior do processo de dominação/exploração que envolve os trabalhadores, a riqueza do vivido e do vivente de três mulheres: iguais na sua trajetória, na sua condição de classe, gênero e raça/etnia; diferentes na sua subjetividade que contém sua identidade/diferença, sua conformidade/resistência; e, sobretudo, *não o trabalho em abstrato, mas a realidade de pessoas concretas, de carne, osso e espírito, dotadas de vontade, desejos, sonhos*.

O *deslindamento* do processo de trabalho dos bóias-frias, seja no trabalho na cana, na laranja ou no café, é primoroso, sob o enfoque do nó. Revela, de forma clara e evidente, não só o nível de exploração crescente a que são submetidos diretamente pelo “gato”, como também a discriminação ao trabalho da mulher, apenas valorizado pela sua submissão ao controle e disciplina impostos, ou quando, como na cultura da laranja e do café, apresenta maior produtividade em decorrência da sua maior habilidade manual para as respectivas colheitas. No caso da cana, o mesmo ocorre com as meninas que trabalham no descarte.

Ainda nesse episódio, capítulo importante é o que revela os mediadores do processo de exploração-domação, entre os quais destaca-se o “gato”/empreiteiro/agenciador – figura controversa que evolui acompanhando a evolução do processo de acumulação – no seu papel de articulador da exploração do capital sobre

o trabalho, a serviço de uma classe à qual não pertence, mas da qual torna-se símbolo eloqüente e criativo pela internalização dos seus valores e da sua ideologia. O escritório, outro mediador fundamental da exploração, que veio para ficar, é analisado como *elo fundamental do controle produzido pela administração da empresa*: muitas vezes invisível no processo de trabalho, torna-se onipresente, quer encarnado na figura do empreiteiro na relação direta com o trabalhador, quer circunscrito ao seu espaço, *organizado para talhar corpos e almas, para socializar, para retirar os vícios, corrigir o comportamento, reprimir a vadiagem, controlar as doenças, as faltas, a alta rotatividade (às vezes prejudicial à empresa), enfim, elemento necessário à socialização dessa multidão de homens e mulheres.*

A análise, como se vê, não se detém apenas nas implicações econômicas da dominação-exploração, mas aponta para a *gestão de um processo de desestruturação cultural e social dos trabalhadores proletarizados* que ao mesmo tempo os fragmenta, negando-lhes a autonomia e o controle do processo de trabalho, e os retoma na sua integralidade, impondo-lhes um novo modo de vida, associado à vida e ao controle da empresa. É o que se reafirma no *segundo episódio, O estranho na cidade*, análise igualmente densa, que permite contemplar a construção de novas identidades e, sobretudo, as possibilidades dialéticas da conformidade/resistência forjadas no processo de desenraizamento.

O *terceiro episódio*, registrando o *Fim do mau encontro*, propõe não um final, mas uma retomada e uma atualização do processo analisado, onde o ganho de produtividade decorrente da mecanização gera a exclusão social. Esta, entretanto, configura-se não como algo definitivo e irredutível, mas como mais uma etapa na construção dialética de homens e mulheres vivendo e fazendo história, a sua história, a história do seu povo e da sua sociedade: história econômica, social e política, *feita de alternativas, não de becos sem saídas.*

História documentada ao longo de toda a análise pela riqueza de fontes consultadas, oficiais ou não, dados extraídos quer de depoimentos/relatos/entrevistas, quer de documentos, ou da observação arguta da pesquisadora, avança para o *quarto episódio* construindo uma *Galeria de retratos*. Poema dentro do poema, iluminado por Guimarães Rosa, contempla dialeticamente a relação espaço-tempo construindo-se ao longo da caminhada de homens, mulheres e crianças, ora no Vale, seu espaço e tempo naturais, ora em São Paulo-Ribeirão Preto, espaço e tempo do capital que consolida a exploração-domação e os converte em “estranhos”, desterrados, expropriados, desenraizados. Mas, não é só. Esse é apenas um começar de novo. As formas de resistência documentadas, geradas no enfrentamento do processo de exclusão, estão presentes, constituem o outro lado do processo acenando com novas possibilidades de lutas e conquistas.

Como em Benjamin, citado pela autora, citação da qual me aproprio agora, na sua história *o presente é ponto de partida para o olhar em direção ao passado, com vistas ao futuro. Reconstruir esta história, a partir do deslindamento do passado, constitui o ponto de partida para qualquer projeto de transformação social.*